

Estatuto da Criança e do Adolescente

Uma legislação inovadora, que busca resgatar a histórica dívida da sociedade brasileira com suas crianças e jovens. Um movimento que reúne diversos atores sociais na luta pelo estado de direito e contra a discriminação. Após 10 anos, o ECA é peça chave na construção da nossa cidadania e seus avanços vêm no bojo deste processo (págs. 5 a 7).

Fique Legal!

E contribua para fortalecer a atuação do conjunto CFESS/CRESS. A campanha nacional de regularização de débitos é uma oportunidade para todos os assistentes sociais ficarem em dia com sua entidade e favorecer ações voltadas para a melhoria da prática profissional.

O prazo é até 31 de agosto!

Veja na página 3 como participar.

Os assistentes sociais estão convidados a participar, no dia 9 de agosto, da Assembléia Geral Ordinária do Cress-7. Pág. 4

OPINIÃO

Infância e adolescência

Alguns retratos neste fim de século

Sandro do Nascimento. 21 anos. Viveu desde os sete nas ruas do Rio. Acreditava que a mãe havia sido assassinada. Sobrevivente da chacinha da Candelária, estava condenado a cinco anos e meio de prisão por dois crimes – um furto e um assalto a mão armada a um táxi.

Já foi conhecido por um outro nome – Alex. Mas, no Degase, onde os adolescentes são reconhecidos por seu número, isto não faz muita diferença. Como não fez no episódio do sequestro do ônibus 174.

O capitalismo desconstrói identidades, mata a identidade do diferente. Resistindo a este processo, algumas conquistas se apresentam no Brasil neste final de século. Com suas demandas e avanços, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 10 anos. Instrumento construído pela sociedade civil, foi resultado de esforço, engajamento, de mobilização nacional. Veio ao encontro da Constituição de 88 e estabeleceu que a a criança e o adolescente são prioridades absolutas. A pressão dos movimentos populares pela democratização e participação nas políticas para esta área favoreceu a descentralização. Fundamental para o avanço do controle social, o Estatuto previu a criação de órgãos como os Conselhos Tutelares, onde representantes são eleitos pela comunidade. Mas como estas ações estão sendo desenvolvidas e qual o papel de cada um na implementação de políticas públicas e democráticas que viabilizem este Estatuto? Existem espaços como o Fórum Estadual da Criança e do Adolescente, onde participam mais de 60 entidades que trabalham na área. As diferenças de interesses, entretanto, não favorecem este debate. Por outro lado, não vivenciamos ainda no Rio de Janeiro, a experiência de um governo que buscasse dar organicidade às políticas públicas. Pensar a infância é indissociável da questão da mulher – como uma mãe pode trabalhar se não tem direito a creche? Portanto, falar nisso está relacionado à questão de gênero, do padrão de sociabilidade que se pretende construir para as crianças brasileiras. Dentro deste contexto, a violência surge inevitavelmente como tema. São elementos para se pensar esta correlação que o Jornal Praxis apresenta nesta edição. Com cumprimentos aos nossos leitores, esperamos ter contribuído.

ESPAÇO CRESS

Semana do Assistente Social

Mesa-redonda, composta (da esq. para a dir.) por José Paulo Netto, Rodriane de Oliveira, Marilda Iamamoto e Maria Inês Bravo

As ações descentralizadas de capacitação, programadas em comemoração ao Dia do Assistente Social, encontraram grande receptividade na categoria. Os minicursos, oferecidos de modo a contemplar as diversas regiões do estado, proporcionaram acesso a temas centrais de intervenção profissional, como assistência social, saúde e gênero. A organização e palestras contaram com o apoio de profissionais e instituições e o encerramento da semana se deu com um grande evento realizado na Uerj, quando se discutiu o Serviço Social e a Seguridade Social. Com a presença de cerca de 450 pessoas, foi lançada oficialmente a coletânea de leis e resoluções, editada pelo Cress-7, e comemorado os 18 anos da publicação do livro "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil". Os autores, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (que na ocasião se encontrava no exterior), foram homenageados pelo Cress-7, através do professor José Paulo Netto, e por outras instituições, dentre elas a Cortez Editora. Ao falar para os presentes, José Paulo ressaltou que o livro "é uma publicação importantíssima para a construção de alternativas para o país e uma referência também para a construção do projeto ético-político do Serviço Social". Para ele, é impossível pensar em um assistente social comprometido com a profissão, com a justiça e democracia que não o tenha lido. José Paulo destaca que, em sua 13ª edição, seu texto está vivo, sua interpretação histórica resiste ao tempo. "Não se trata de um clássico apenas por nos remeter a análises contemporâneas do Serviço Social, mas por ser rigorosamente ontológico - se não fala em globalização, aborda por outro lado todas as questões presentes em debates como o que foi realizado aqui hoje. Ao rigor e solidez encontrados em seus dois primeiros capítulos, somam-se as hipóteses apresentadas em sua segunda parte - e nenhuma pesquisa negou as hipóteses ali contidas". Segundo o professor, mesmo as obras que tinham como propósito negar a participação histórica do Serviço Social trazem qualquer negação ao texto de Marilda e Raul. "Sua capacidade de análise transcende as fronteiras de nossa profissão e é um marco da bibliografia, pois comporta uma discussão sistemática e categorial antes mesmo que se tornasse corrente o debate sobre os mecanismos para a promoção da equidade social. Seu conteúdo criou raízes em nossas entidades e Movimentos. Assim como o compromisso da nossa categoria se renova, no sentido de manter vivo um projeto de sociedade que saia do limite da necessidade e ganhe a

liberdade, assim também esse livro se renova (...)".

Também em homenagem a Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, a Cortez Editora encaminhou um texto que, por falha na transmissão da mensagem, não foi possível ser lido durante o evento. Desta forma, o Jornal Praxis reproduz na íntegra a carta encaminhada aos autores por Elisabete Borgianni, assessora editorial da área de Serviço Social da editora.

"De uma ex-aluna para a grande mestra:

Foi ao anoitecer do dia 16 de maio que Marilda e Raul, sentados numa pequena mesa que fora colocada na entrada da garagem da Cortez Editora, ao lado da PUC-SP, autografavam aquele que dali em diante ficaria consagrado como o livro de referência da profissão. Estávamos no 4º ano de Serviço Social da PUC-SP e éramos alunas de Marilda. A Faculdade era dirigida por Maria Carmelita Yazbek; o Serviço Social tradicional, que até então parecia tão sólido, "desmanchava-se no ar", pois era atingido pela crítica corrosiva e profunda trazida por muitos de nossos professores.

A contundência de Marilda não emanava da força da oratória, mas da capacidade de reproduzir idealmente as reais e concretas contradições que marcam a existência de nossa profissão na sociedade que é regida pelo capital. Com sua fala mansa e pausada, carregada de mineiridade, descortinava para todas nós os segredos perversos da reprodução social no mundo burguês. Fazia-nos pensar! Aguçava nossas consciências! Suas provocações, tão desprovidas de autoritarismo ou de imposições, acompanhavam-nos diuturnamente onde quer que fôssemos.

Marilda conseguiu que toda uma geração de Assistentes Sociais olhasse para o mundo ao seu redor de forma diferente. Munida apenas da capacidade de seus neurônios, de uma herança progressista que havia incorporado e da força de suas convicções políticas, mostrou-nos que valia a pena tentar erguer novas bases de legitimidade para o nosso fazer profissional. Marilda favoreceu que se transformassem não só as nossas práticas, mas também nossas vidas e nossos compromissos societários. Favoreceu nossa luta por um mundo melhor e efetivamente socializado.

Obrigada mestra querida! Valeu!"

NOTAS

Comissões

O Cress-7 tem como prática a promoção de reuniões abertas à categoria, com o objetivo de construir propostas coletivas para as diversas áreas de atuação do assistente social. Veja abaixo a data dos encontros.

Assistência e Previdência

A Sub-comissão de Assistência Social e Previdência vem promovendo reuniões na última quinta-feira de cada mês, no horário de 17h às 19h. Nos dias 27 de julho e 31 de agosto serão discutidos os temas "O terceiro setor - Lei 9790, de março/99 e a filantropia: implicações na política de Assistência Social" e "Benefício de Prestação Continuada". Os encontros são abertos à participação dos assistentes sociais e se realizam na sede do Cress.

Saúde

A Subcomissão de Saúde tem reuniões nas últimas quartas-feiras, às 16h, na sede do Cress. No dia 26 de julho será discutido o tema "Experiências de sala de espera"

Dependência Química

O Grupo de Serviço Social na Área de Dependência Química reúne-se na última segunda-feira de cada mês, entre 18h e 20h, na sede do Cress. Os profissionais interessados neste tema podem participar do grupo, o qual compõe hoje a comissão instalada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, sob presidência do deputado Jamil Haddad, para discutir ações integradas, com vistas à prevenção e tratamento do uso de drogas.

Gênero e etnia

A comissão se reúne na última segunda-feira de cada mês, às 17h, na sede do Cress. No dia 31 de julho o tema em debate é "Propostas interventivas do Serviço Social no âmbito das políticas públicas de gênero, raça e etnia".

Eventos discutem pobreza e exclusão

O Cbciss promoverá, entre os dias 19 e 21 de setembro, o I Seminário Nacional "Pobreza - o desafio para o século XXI" e o II Seminário Latino-americano "Pobreza e desenvolvimento". Os eventos são preparatórios para a 29ª Conferência Internacional de Bem-Estar Social, organizada pelo Conselho Internacional de Bem-Estar, a ser realizado entre 23 e 27 de outubro de 2000. Maiores informações podem ser obtidas com o Cbciss, pelos tel. (21) 240-5941 e 220-8174.

Seguridade Social: organização participativa

O II Encontro Estadual de Seguridade Social terá um caráter formativo e informativo. Construído com a participação de diversas entidades – de trabalhadores e usuários, entidades públicas, Ongs, Conselhos e Universidades – o evento será realizado nos dias 24 e 25 de agosto, no auditório da Petrobrás (Av. República do Chile, 65, Rio de Janeiro). Seu objetivo: socializar o debate em torno da Seguridade Social e defender esse sistema. As políticas de assistência, previdência e saúde serão discutidas de forma integrada, de maneira a indicar diretrizes para a ação de conselheiros, entidades da área e parlamentares. O encontro terá a apresentação de trabalhos – individuais ou em grupo, que poderão ser entregues até o dia 4 de agosto, no ato da inscrição. No caso de material escrito, o regulamento especifica um total de até cinco laudas, com espaço de entrelinhamento de um e meio. “O encontro admite outras formas de exposição, como teatro, música, vídeo e poesia, desde que relativos ao tema do evento e limitados a 15 minutos de apresentação”, comenta Rute Gusmão, coordenadora da Comissão de Seguridade do Cress. Para a inscrição das peças, devem ser apresentados os roteiros; para música, uma fita de demonstração; para vídeo ou super 8, uma cópia da fita e, no caso de poesia, uma cópia do texto. Rute comenta que o evento “foi construído com a participação de muitas entidades da sociedade civil e é voltado para um público bem heterogêneo, que inclui trabalhadores envolvidos na área de seguridade social, usuários, estudantes, entidades prestadoras de serviço e filantrópicas, funcionários e representantes de órgãos públicos. É gratuito, aberto a todos e foi preparado para discutir a seguridade de forma didática”.

Veja, a seguir, a programação do evento

24 de agosto

08:30 – Credenciamento

09:00 – Mesa de abertura

09:20 – Mesa-redonda “Seguridade Social e conjuntura”

Palestras: “As políticas da Seguridade” – Laura Tavares (UFRJ); “A Seguridade Social e conjuntura” – Haroldo de Abreu (ESS/UFF); “Os trabalhadores e a Seguridade Social” – José Prata de Araújo (economista, especialista em Previdência Social)

11:05 – Debate – Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase/Abong)

14:00 – Mesa redonda – “Seguridade Social: incluídos e excluídos”

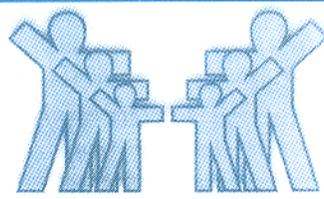
Coordenador: Dep. Est. Arthur Messias (Pres. Comissão de Seguridade Social/ALERJ)
Palestras: “A defesa da Previdência Social pública” – Luiz Viegas da Motta Lima (Faaperj); “Assistência Social: retorno à filantropia?” – Ana Lígia Gomes (assistente social); “Sistema Único de Saúde: direito de todos?” – Maria Inês de S. Bravo (UERJ)

15:45 – Debate – Dep. Est. Tânia Rodrigues – presidente da Comissão de Saúde da ALERJ

25 de agosto

09:00 – Apresentação de trabalhos selecionados e debates

16:00 – Construção de diretrizes conjuntas



ENCONTRO DE
SEGURIDADE SOCIAL
PÚBLICA
CONSTRUINDO UMA
AÇÃO COLETIVA

As inscrições podem ser feitas no Cress-7, pessoalmente, por telefone ou fax (R. México 41/1201, tel. (21) 240-1727, 240-3627), até o dia 22 de agosto, devendo constar os seguintes dados: nome completo, endereço, telefone / entidade, telefone para contato, e-mail, profissão, se é participante de movimento social ou usuário de política de seguridade.

As inscrições dos trabalhos deverão informar: nome(s) do(s) autor(es), título do trabalho, modalidade para apresentação (exposição, música, teatro, poesia, etc), entidade, telefone para contato, e-mail. Serão selecionados os 15 (quinze) melhores trabalhos por uma comissão técnica, integrada pelas entidades organizadoras, para exposição em plenário.

**Fique
Legal!**

**Regularize
seus débitos**

Os assistentes sociais inscritos no Cress e que estão em dívida com as anuidades do período de 1995 a 1999 podem participar da Campanha Nacional de Regularização de Débitos, que vai até o dia 31 de agosto. A iniciativa é dirigida àqueles que mantêm seu registro no Conselho - embora não estejam mais exercendo a profissão - e aos que se encontram em exercício irregular devido à inadimplência. Ao participar da campanha, o profissional se beneficiará da isenção de juros e multas e do parcelamento em até três vezes. Além de ficar em dia com suas obrigações legais com o conjunto CFESS/Cress, ele estará contribuindo para as atividades que estas entidades vêm promovendo em benefício da categoria e da sociedade.

Consulte as tabelas abaixo e veja os valores correspondentes aos débitos do período.

Tabela de Descontos de Multas e Juros

Exercício	Total do débito	Líquido a pagar na campanha
1995	263,37	159,62
1996	244,21	159,62
1997	225,06	159,62
1998	205,91	159,62
1999	186,75	159,62
Total	1.125,30	798,10

Tabela de valores e parcelamento

Anuidades	Cota única	2 vezes	3 vezes
1995	R\$ 159,62	R\$ 79,81	R\$ 53,21
1996	R\$ 159,62	R\$ 79,81	R\$ 53,21
1997	R\$ 159,62	R\$ 79,81	R\$ 53,21
1998	R\$ 159,62	R\$ 79,81	R\$ 53,21
1999	R\$ 159,62	R\$ 79,81	R\$ 53,21

Compromisso com a profissão

Entidades da sociedade civil, os Conselhos de Fiscalização Profissional constituem instrumentos de proteção e têm delegação do poder público para orientar, disciplinar, normatizar e fiscalizar o exercício das profissões. Quando regula e cria os Conselhos, a sociedade ao mesmo tempo que organiza o desempenho da atividade profissional, cria mecanismos contra a utilização danosa dos conhecimentos destes profissionais em detrimento de seus usuários, ou seja, a população. Para manter sua estrutura fiscalizadora e administrativa estas entidades dispõem, unicamente, da arrecadação das anuidades como fonte de recursos. Seu desafio é gerir estes recursos de forma a cumprir não apenas suas obrigações legais, mas de contribuição para o aprimoramento profissional e de participação no processo de construção de uma sociedade mais igualitária. Um exemplo desta atuação é o movimento que vem sendo conduzido pelo Colegiado dos Conselhos de Fiscalização Profissional em resistência às ameaças de desregulamentação das profissões ditas não essenciais. Desta forma, a anuidade paga pelos profissionais inscritos, além de constituir um tributo (anualmente os Conselhos prestam conta ao Tribunal de Contas da União de toda a arrecadação e despesas), é uma forma de participação neste esforço de defesa da profissão e da cidadania.

ESPAÇO CRESS

Investimento na qualidade dos serviços

Se a qualidade na prestação de serviços aos usuários é um princípio do projeto ético-político da profissão, nada melhor que praticar isto em casa. Com o objetivo de prestar um atendimento eficiente aos assistentes sociais e de construir um suporte administrativo ágil para as ações que a entidade vem desenvolvendo, o Cress realizou em maio um curso de capacitação para seus funcionários. A iniciativa vem no bojo de um processo de reestruturação político-administrativa, que busca não apenas adotar um novo modelo de organização interna, mas uma cultura de engajamento com as propostas da entidade. “Nossa idéia de prestação de serviços qualificada passa pela aliança da eficiência com o compromisso social e político, e não por uma eficiência onde o trabalhador é uma mera peça na cadeia produtiva”, explica Marcelo Braz, coordenador da Comissão de Formação e Trabalho.

Este é, pois, um dos desafios desta gestão: propor um modelo alternativo ao capital dentro da sociedade capitalista. “Alguns sindicatos têm feito isto com bons resultados e para que possamos ter sucesso nesta proposta estamos adotando um programa de capacitação continuada para os funcionários”, ressalta Marcelo.

Ministrado pelos Conselheiros, o curso teve duração de um dia e seu conteúdo foi dividido entre abordagem teórica, dinâmicas de grupo e dramatizações com base nas técnicas do Centro do Teatro do Oprimido. “Foi um espaço para conhecermos melhor o grupo, onde pudemos identificar habilidades que possibilitarão direcionar o funcionário para a atividade que melhor se adequa ao seu perfil”, comenta Marcelo.

A segunda parte do curso trouxe uma abordagem dos princípios que norteiam a profissão. “Temos clareza de que o projeto ético-político é dos assistentes sociais, mas entendemos que é importante que os funcionários tenham contato com ele, já que é o que norteia nossas ações”.

Na avaliação dos Conselheiros, esta primeira iniciativa de capacitação foi extremamente produtiva, apontando possibilidades de melhoria nos processos de trabalho. As sugestões dos profissionais também serão importantes nesta busca de uma maior eficiência. Através de e-mail (cressrj.diretoria@apic.com.br) ou cartas (endereçadas à Comissão de Gestão do Cress-7), os assistentes sociais podem contribuir para que o atendimento às suas solicitações seja aprimorado.

A expectativa dos gestores do Cress é que este investimento em uma estrutura organizacional mais ágil e integrada favoreça também o seu objetivo de oferecer respostas políticas eficazes e materializadas.

INFORMES

Concurso

O Cress-7 requereu ao presidente do Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça, através do ofício nº 079/2000, de 22 de março de 2000, a prorrogação do prazo de validade do Concurso para Provimento de Cargos da Classe Inicial da Categoria Funcional de Assistente Social da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja homologação ocorreu em 09 de junho de 1998. O processo recebeu o nº 205/2000, tendo sido proferida a seguinte decisão: “Por unanimidade, aprovou-se a prorrogação pelo prazo de um ano, a contar de 9 de junho de 2000”. Atualmente 201 assistentes sociais pertencem ao Quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A última convocada ocupava o 143º lugar da lista dos aprovados.

Acumulação de cargos

Encontra-se à disposição dos colegas o Parecer Jurídico nº 34/00, que trata da possibilidade de acumulação de cargos de professor e assistente social, onde constam as fundamentações legais pertinentes ao assunto.

Advertência Pública

O Conselho Regional de Serviço Social-7ª Região, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, vem a público, em cumprimento ao que foi decidido na Sessão Plenária do Conselho Regional de Serviço Social-7ª Região, realizada em 24 de maio de 2000, em que foi julgado o Processo Disciplinar Ético nº 10/98, originário da Delegacia Sccional de Campos, aplicar a penalidade de advertência pública à assistente social Denise Marília Esteves (Cress-7 nº 5972) por ter infringido o art. 3º, alínea “a” e art. 4º, alíneas “b” e “i”, do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Tal decisão visa alertar os profissionais de que, no seu agir devem fazê-lo com eficiência e responsabilidade, observando os compromissos éticos e respeitando os princípios e diretrizes que norteiam a sua atuação enquanto assistente social.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2000.

Hilda Corrêa de Oliveira – Presidente do Cress-7.

Novo horário

Dando continuidade aos investimentos para agilizar seus processos de trabalho, o Cress-7 instalou uma central telefônica e alterou o horário de atendimento, que passa a ser de 9h às 19h.

Assembléia Geral

O Cress-7 realizará no dia 9 de agosto, às 18h, em sua sede, a Assembléia Geral Ordinária que terá os seguintes pontos de pauta: eleição dos delegados para participação no Encontro Nacional CFESS/CRESS; discussão dos temas pautados para o Encontro; considerações sobre o Plano de Ação do Cress-7; assuntos gerais.

O Encontro Nacional CFESS/CRESS é, segundo o Estatuto do conjunto Conselho Federal/Conselhos Regionais, o fórum máximo de deliberação da profissão. Participam delegados eleitos em número proporcional ao de profissionais inscritos no Conselho de sua região, sendo que em 2000 o Cress-7 será representado por nove delegados. Realizado anualmente, o Encontro ocorrerá entre os dias 4 e 6 de setembro, em Maceió (AL) e é aberto, com direito a voto, à participação de outros assistentes sociais, estudantes, convidados, representantes da categoria e sociedade civil.

CAPA

ECA - 10 anos

Uma legislação inovadora que esbarra em práticas conservadoras

Apenas uma minoria no país desfruta de uma infância e adolescência nos moldes preconizados pelo ECA. Fruto de uma articulação política entre sociedade civil, segmentos profissionais, do judiciário e outros vinculados ao Estado, o Estatuto tem o objetivo de dar um fim à forma discriminatória e estigmatizante com que as crianças e adolescentes são tratadas neste país, sobretudo as que pertencem às classes menos favorecidas. "Historicamente, as medidas sociais relacionadas a este segmento enfocavam apenas as crianças pobres, consideradas em 'situação irregular', e os adolescentes autores de ato infracional. A partir dos anos 80 há todo um movimento para se construir uma outra alternativa – que vamos chamar de sistema de garantia de direitos. Uma construção institucional que prevê atribuições e parcerias entre sociedade civil e governo, numa relação democrática no sentido de debater os temas das crianças e adolescentes com mediação dos Conselhos de Direitos nas esferas nacional, estadual e municipal", comenta Mione Apolinário Sales.

Professora da Faculdade de Serviço Social da Uerj e doutoranda em sociologia na USP, com estudos na área da criança, adolescência, cultura e violência, Mione lembra que Movimentos Sociais como o de Meninos e Meninas de Rua procuraram mostrar que todas as crianças e adolescentes brasileiros têm direito à alimentação, ao esporte, ao lazer, a uma convivência social e comunitária. Para ela, é também necessário um rompimento com a perspectiva da tutela do Estado e da família. Ou seja, reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Ela ressalta que até recentemente estas pessoas não tinham voz, "sua expressão individual e social ficava mascarada por atores adultos, que sempre diziam o que era melhor para eles".

O debate neste caminho para uma reordenação de conceitos passa pela educação, pelo Serviço Social, pela política social. "Existe uma cultura punitiva no Brasil, uma característica dos pais afirmarem sua autoridade pela via do castigo. Esta leitura migra para a sociedade e é aplicada pelas

instituições em suas referências de poder e disciplina".

A vinda do ECA, para Mione, veio tentar garantir os direitos fundamentais para este segmento, inclusive no sentido de fazer com que a questão da criança e do adolescente saísse do cerco fechado de instituições como a Febem. "Este modelo é uma herança dos tempos mais repressivos da sociedade brasileira, que não datam apenas da ditadura militar. No final do Império já se legislava considerando uma população de rua - ainda incipiente, mas com meninos e meninas perambulando pela cidade". Mione esclarece que uma análise de nossas legislações mostrará que as atitudes variavam sempre entre a caridade e a repressão. Com o passar dos anos, esses conteúdos repressivos foram se acentuando, na medida em que a problemática social se agravava, principalmente nas áreas urbanas. Porém, uma pesquisa recente da ONG Universi-

dade Popular da Baixada, onde foram entrevistados 900 adolescentes tutelados pelo Estado, revelou que as violações graves – atentados contra a vida e pudor - que esses jovens cometem é

Crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, por isto aboliu-se o termo menor.

residual: apenas 1,2% praticaram roubo seguido de morte da vítima.

Estatísticas mostram também que é na faixa etária de 18 a 38 anos onde se concentra o maior índice de prisões. "É o momento em que o jovem está tentando se inserir no mercado de trabalho, com expectativa de construir sua vida, sua família. E ele esbarra em uma série de restrições, sentindo-se privado na sua função de *provedor*. Esta barreira inevitavelmente gera revolta e conflitos", argumenta Mione, acrescentando que é preciso problematizar por que este homem jovem, em idade produtiva, está na cadeia, que motivos o levaram a optar pelo crime.

Neste sentido, o apelo de parte da população para que seja reduzida a idade penal vem na contramão dos princípios apresentados no Estatuto. "A leitura que se faz é de que não há punição para as infrações cometidas pelos adolescentes.



Mas isto não procede. As medidas cautelares e disciplinares dispostas no ECA não foram elaboradas sob a ótica da impunidade. Baixar a idade penal irá facilitar apenas que o mundo do crime alicie adolescentes ainda mais jovens". Mione entende que é preciso fortalecer ações de peso - no âmbito das famílias, das comunidades, das políticas - e procurar adequá-las ao Estatuto. "Unidades para 40 adolescentes, atendidas por equipes interdisciplinares, que tenham realmente um papel de resgatar estes jovens através de uma série de dinâmicas educativas e interativas. Esta é uma das formas de disputar com o narcotráfico o futuro destas pessoas".

O crescente debate em torno da questão dos direitos humanos se alinha com os esforços dos que tentam contribuir para as mudanças apontadas no ECA. E neste grupo estão desde juízes, psicólogos, membros de Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares, parlamentares, assistentes sociais, entidades de trabalhadores e ONGs.

Mione lamenta, entretanto, que haja uma cristalização da opinião pública muito grande em torno da idéia do ato infracional. "Nessa equalização de adolescente pobre e adolescente infrator, as estruturas jurídica, política e institucional ainda resistem a uma revisão do tratamento repressivo, tutelado, de penalização". Assim, o adolescente que cometeu seu primeiro ato infracional é muitas vezes encaminhado para a internação, numa clara demonstração de ceticismo quanto a outras medidas que venham disciplinar e resgatar este jovem.

"O Estatuto garante a presença do advogado diante do juiz. Mas isto não ajudará muito se este profissional tiver uma atitude indiferente à situação daquele adolescente, se não estiver empenhado em defendê-lo". Esta postura, ainda comum em juízes, educadores, policiais, advogados e outros profissionais, reflete para Mione uma condenação ideológica, como se o destino destes adolescentes já estivesse traçado. E, ao mesmo tempo em que há uma grita pelo rigor na sua punição, observa-se uma condescendência com as violências e infrações cometidas contra essas crianças e adolescentes.

Aliado a isto, há dados estarrecedores sobre o trabalho infantil e a exploração sexual: "A própria situação das classes trabalhadoras, que passa por uma pauperização extrema - e a grande maioria dessas crianças e adolescentes estão em famílias com renda até dois salários mínimos - é um dado que acaba sendo sobreposto por esta ótica do ato infracional".

Pobreza e repressão constam há longo tempo do histórico de nossa sociedade. Outras questões, entretanto, são revitalizadas pelos novos processos sociais. Mione cita como exemplo o trabalho infanto-juvenil, que não está apenas relacionado à pobreza, mas articulado com a própria transformação que vem ocorrendo nas relações de trabalho. "Ele é muitas vezes mascarado pela terceirização e quarterização, onde as grandes empresas não empregam diretamente mas, quando as relações no mercado vão adquirindo um certo nível de informalidade, há um grande espaço para esta prática".

Atualmente há que se considerar também a vulnerabilidade e exposição dos adolescentes diante da cultura da erotização - o jovem como signo da beleza, prazer, sexualidade. Estes símbolos difundidos pela mídia deram margem a um grande debate em torno da necessidade de um código de

ética dos meios de comunicação que contemple estas questões. "Defendo, assim como os segmentos que estão discutindo democraticamente este tema, que é preciso construir regras, estabelecer limites. Não de forma autoritária, moralista, porque não dá para conceber nosso adolescente como o que vivia na década de 50". Para ela a televisão, que é um grande veículo de comunicação de massa, é subutilizada em suas possibilidades de promover debates educativos. "Os formatos anteriores, sobretudo das redes educativas, eram muito formais, distantes de uma linguagem atualizada com o comportamento do jovem de hoje. Uma coisa é você debater o tema de forma descontraída, bem humorada, outra coisa é explorar estes mesmos temas sob uma ótica consumista e individualista". Mione argumenta que é importante a sociedade se posicionar de forma crítica nesse debate, tendo como referência a educação. "As programações são criadas para atender ao desejo, ao narcisismo, sem atentar para horários e conteúdos, expondo crianças a um

No plano nacional, o ECA está vinculado ao Ministério da Justiça, no estadual à Secretaria de Segurança ou órgão equivalente, e no município possui uma face mais voltada para as políticas básicas, fazendo a interlocução entre as várias secretarias no sentido de garantir os direitos básicos da criança e do adolescente. Neste plano

"As medidas cautelares e disciplinares dispostas no ECA não foram elaboradas sob a ótica da impunidade. Baixar a idade penal irá facilitar apenas que o mundo do crime alicie adolescentes ainda mais jovens".

Mione Apolinário

modelo perigoso. Estas emissoras, porém, podem se cercar dos profissionais mais qualificados, trocar experiências com os segmentos que atuam na área da criança e do adolescente e produzir informação e entretenimento de qualidade".

Outra lacuna é a oferta de lazer, entendido aí no seu sentido mais amplo de produção cultural, de catalização desse momento criativo e rebelde que é a juventude. "Para se ter um exemplo de como isto pode ser mais estimulado podemos citar o caso da França, onde as famílias numerosas e com menor poder aquisitivo têm descontos em atividades culturais e de lazer", relata Mione.

A ausência do Estado na área social tem sido um dos maiores entraves à efetiva implementação do Estatuto. "A criação de programas de geração de renda, o investimento na educação e saúde são fundamentais, principalmente para as famílias de baixa renda, que não sabem o que fazer para criar adequadamente suas crianças e adolescentes". Mione comenta que as medidas de apoio vêm mais através de organismos como os Conselhos Tutelares e de Direitos, ONGs e associações. "O Estatuto teve o mérito de criar uma estrutura democrática e participativa no apoio à criança e ao adolescente, mas isto não substitui o papel do Estado".

Quanto a esta estrutura, Mione comenta que sua forma de organização é muito nova, colidindo conseqüentemente com práticas velhas. "Os Conselhos Tutelares têm uma característica bastante inédita, com representantes eleitos pela própria comunidade. Mas há conselheiros que ainda reproduzem as tradicionais posturas eleitoreiras".

estão os Conselhos Tutelares, vinculados aos Conselhos de Direitos mas com uma relação de independência. A natureza destes órgãos gera freqüentemente uma tensão com o mandato do executivo, pois sua função é propor medidas, controlar e fiscalizar. "O prefeito entende muitas vezes que está havendo uma interferência em sua gestão. Além disto, é comum que a participação popular nestes órgãos, notadamente no interior, seja tutelada por esse prefeito e a sociedade civil se restrinja a organizações benemerentes despolitizadas".

No Rio de Janeiro, os Conselhos Tutelares estão na segunda gestão e, em alguns estados, na terceira. "A implantação dos Conselhos depende de vontade política. No governo César Maia adiou-se o quanto foi possível sua criação, que só ocorreu quando o tempo determinado para sua implantação expirou", lamenta Vinícius Paiva, membro do Conselho Tutelar de Ramos e há um ano e meio integrante da Comissão de Ética do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, os dez Conselhos Tutelares hoje existentes não atendem plenamente à necessidade da população e ainda estão sendo equipados, segundo Vinícius. Eleitos pela comunidade, os conselheiros têm como função aplicar medidas protetivas, mas possuem também um papel político. "O artigo 136, inciso IX, diz que o conselheiro tem que assessorar o poder executivo local no planejamento orçamentário para a área social. Se percebemos que há a necessidade de creches no local, devemos buscar



junto à Câmara dos Vereadores a verba orçamentária para contemplar a criação destas creches”, esclarece ele. Entretanto, estes parlamentares cobram que se tenha um diagnóstico social e os Conselhos em geral não conseguem se organizar neste nível.

Vinícius lamenta que não haja uma capacitação destes conselheiros para que atuem dentro do que está preconizado na lei. Os critérios para que sejam elegíveis se resumem à exigência de possuir segundo grau completo, idoneidade comprovada e ter atuado durante dois anos em alguma entidade da área da criança e do adolescente. “Mas não se sabe com que mentalidade foram executados estes dois anos de trabalho – se alinhada com o Estatuto ou se com práticas conservadoras”. Vinícius acrescenta que muitos não estão conscientes de que seu papel fundamental é a proteção e atuam como juizes, policiais ou cabos eleitorais, quando o que têm a fazer é aplicar medidas protetoras.

Os ranços populistas e de clientelismo não poupam os Conselhos Tutelares: “As promessas de cestas básicas, empregos ou creche são um desvio da função do conselheiro”. O caráter punitivo é outro aspecto deturpado: “Ameaças de tirar da mãe a guarda do filho, de mandar o pai para a cadeia caracterizam um abuso do poder que foi delegado ao conselheiro. Cabe a ele aplicar o termo de advertência e deixar para o juiz o julgamento”. Quando recebe, por exemplo, denúncias de maus tratos, o que este representante tem a fazer é apurar os fatos. O caso de um pai alcólatra onde o risco social pode ser contornado (a criança não sofre risco de vida) requer o encaminhamento da criança para cuidados médicos e apoio psicológico e o pai assina um termo, como medida pertinente, comprometendo-se a se tratar. “Não vamos julgar esse pai, mas para que a criança volte para aquela casa o Conselho é que dirá se há risco social - o que não interfere no processo legal de punição aos agressores”.

Segundo Vinícius, para que se consolide o papel do conselheiro é importante a parceria com as profissões que atuam na área social: “A palavra do assistente social e do psicólogo é um *feedback* imprescindível para definir se nossas ações caminham para uma sedimentação do Estatuto”. Cada Conselho Tutelar é composto por cinco conselheiros, dois técnicos interdisciplinares, dois administrativos e um motorista. Os técnicos interdisciplinares são em geral da área de serviço social e psicologia e, na opinião de Vinícius, estas categorias deveriam ser obrigatórias, “porque é quem lida diretamente com a questão da violência”.

A atuação dos Conselhos, porém, não abrange os adolescentes infratores. “Nós até auxiliamos a 2ª Vara da Infância na medida de liberdade assistida, mas em tese trabalhamos diretamente com a 1ª Vara, que atende adolescentes e crianças em risco”.

A comunidade, por outro lado, sabe da importância do Conselho mas não tem clareza quanto à competência deste órgão – “haja visto o fato de que as denúncias de maus tratos chegam muito mais pelos hospitais que pela população local”, diz Vinícius. “Temos um bom trâmite com o Instituto

de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), que é referência estadual em maus tratos e violência. Getúlio Vargas, Paulino Werneck e Hospital Geral de Bonsucesso são outros que nos encaminham denúncias”. Estas unidades enviam os dados através de uma ficha e, se há suspeita de abusos, a lei prevê que o Conselho convoque a família e aplique medidas. “Quando há abuso sexual dentro de casa, damos ciência ao Ministério Público, Vara Criminal, delegacia ou central de inquéritos e pedimos o afastamento cautelar do agressor”.

Para Vinícius é fundamental a parceria com profissionais como os assistentes sociais porque, apesar de ser previsto em lei que as instituições aceitem os encaminhamentos dos Conselhos, é comum se deparar com a falta de vagas em hospitais, escolas e creches ou com abrigos que não oferecem estrutura adequada. “Você vai comunicar isto ao Ministério Público, que abrirá uma ação civil pública contra a Secretaria correspondente que não cumpriu o seu papel. Só que isto é um processo demorado e os entendimentos com as instituições são importantes para que possamos achar alternativas”. Se aproximar destes serviços, seja através de palestras, seja promovendo encontros com os profissionais é, para Vinícius, o melhor caminho para se achar soluções conjuntas.

Teoricamente, o legislativo deveria estar formulando leis que garantissem a rede de serviços, “e o Conselho Tutelar, como órgão que participa da formulação do orçamento, deve pressionar para que isto aconteça”. Para Vinícius, se você garante esta rede as chances do adolescente chegar a ser infrator são muito menores.

Ele acrescenta que o caos social que se vê hoje na cidade do Rio de Janeiro está criando uma geração de pais com algum comprometimento psicológico e isto se reflete em demandas que não estão ao alcance dos Conselhos Tutelares.

“Difícilmente você vai encontrar casos de violência doméstica em que não se perceba um distúrbio psicológico.” Mas para que o conselheiro tenha este entendimento e formação são necessários alguns ajustes no processo, como a regularização

de sua função. “Não temos qualquer tipo de vínculo empregatício com o poder público – nossa remuneração vem em forma de jetons e há muitos atrasos”, argumenta Vinícius. As eleições também não são devidamente divulgadas, o que compromete a participação popular. “O Conselho deve se inserir na comunidade – um hospital, um posto de saúde, uma direção de escola – mas é preciso que haja uma divulgação e quem tem que fazer isso, inclusive no que se refere à campanha para eleição, é o poder executivo, o que não acontece”.

Além disto, a lei exige que os eleitores se inscrevam antes para votar, numa tentativa de evitar que pessoas de outras comunidades participem de pleitos fora de sua área, e isto dificulta ainda mais o comparecimento às urnas.

O uso dos Conselhos como máquina política é outro desafio a ser vencido. A Comissão de Ética pode advertir, suspender e até determinar a perda de mandato. Mas as denúncias têm que chegar, mesmo que sejam anônimas, pois o regimento interno prevê que possa ser aberta uma sindicância mediante este tipo de denúncia”. Composta por dois conselheiros municipais e três tutelares, a Comissão é a única mista e que se volta para a atuação dos conselheiros. Com reuniões às terças-feiras, no espaço do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (21- 503-2064), é ela que recebe as denúncias de comunidades e profissionais que se sentem lesados por atitudes de seus representantes no Conselho Tutelar. Para Vinícius, estas denúncias se reduzirão na medida em que algumas concepções e princípios forem entendidos, como os artigos 4º e 6º do Estatuto, que falam da criança como absoluta prioridade em todos os serviços. “A mentalidade do profissional que atende aquela criança tem que ser essa - na creche, na escola, no hospital e na área de segurança”.

Para a professora Mione Apolinário, estamos caminhando na construção da cidadania e, como em todas as demais áreas, as propostas de mudança têm um tempo de maturação. “O Estatuto tenta estabelecer uma nova relação, que acontecerá na medida em que seus princípios se incorporarem à formação dos profissionais, em que as organizações e Movimentos se associarem na elaboração de projetos que nos tragam diagnósticos e apontem caminhos. É um campo a se reinventar. Se governo, sociedade civil, famílias e profissionais estiverem imbuídos deste espírito, de fazer do Estatuto uma lei que possa realmente respaldar a infância e a adolescência nesse país, acho que essa transformação pode acontecer”.

“A comunidade, por outro lado, sabe da importância do Conselho mas não tem clareza quanto à competência deste órgão – haja visto o fato de que as denúncias de maus tratos chegam muito mais pelos hospitais que pela população local”

Vinícius Paiva



VIOLÊNCIA

As diferentes formas de banalizar a vida

Um modelo onde as pessoas estão sendo excluídas de diferentes maneiras: da vida, quando se fala na questão da segurança; do trabalho, quando se fala em desemprego. Mais que um processo de exclusão, Salete Macalóz se refere a um processo de eliminação. Juíza Titular da 7ª Vara Cível Federal do Rio de Janeiro há mais de dez anos e com doutorado em Comunicação e Cultura, Salete apresenta nesta entrevista um retrato dos efeitos perversos de uma política que não contempla o cidadão em suas necessidades mais básicas: o direito à vida e ao trabalho. Um modelo que hoje não tem espaço para contestação nos veículos de comunicação de massa.

✕ Como viu o lançamento de um plano de segurança neste momento?

Pelo que eu sei, por leitura e acompanhamento da vida política do país, boa parte desse programa - chamado Plano de Segurança Nacional - está pronto há muito tempo. Mais precisamente, desde o projeto de governo de Fernando Henrique nas primeiras eleições. Se é tão antigo e não foi aproveitado, há que se perguntar por quê. E com certeza não foi apresentado porque os próprios autores se deram conta de que se trata de um programa cheio de falhas, sem nenhuma razoabilidade para a situação deste país.

O governo aproveitou o ensejo de um fato, onde as pessoas se sentiram muito tocadas. A situação de instabilidade do cidadão chegou a um clímax tal que, ou se apresentava o programa agora, ou não mais.

✕ Possui alguma avaliação das propostas do novo plano?

Numa situação um pouco mais normal, sem a interferência da comoção pública gerada pelo episódio do sequestro do ônibus, o programa seria considerado ridículo e receberia muitas críticas. Percebe-se quão útil foi esse fato para o governo desengavetar um programa dessa natureza - um momento em que as pessoas se deparam com a incompetência da polícia, já trazendo dentro de si rancores pelos ditos bandidos. Estudiosos e pesquisadores que fizessem uma análise da situação do país certamente diriam que a primeira medida para instaurar uma segurança a curto e a médio prazos é uma política pública de combate ao desemprego. Estamos cansados de repetir que o desemprego não se resolve com o crescimento econômico, muito menos um crescimento econômico que se dá sob os acordos do FMI, onde se perde direitos. Dá para verificar na segunda grande massa de trabalhadores, que são os servidores públicos, que a ordem é cortar tudo. Pessoas há anos sem correção salarial, quando temos uma inflação cumulativa neste mandato de Fernando Henrique da ordem de 100%. As medidas são todas restritivas, jogando as pessoas num tipo de marginalidade de trabalho, que é o trabalho informal. Ter trabalho um dia e em outro não leva as pessoas a pensarem o que é esta realidade. Não dá para ficar esperando a regência dos economistas oficiais que querem que a economia cresça para gerar os

empregos, quando este crescimento hoje tem um outro desenho. É um crescimento de capital, da indústria, de produção, diminuindo a mão-de-obra na linha contrária.

✕ Como isto poderia ser redirecionado?

Há milhares de exemplos a dar. Um deles seria tirar os incentivos e socorros a bancos e criar frentes de trabalho em diferentes lugares. Até os militares estão dizendo que o MST é viável e tem propostas razoáveis. Está aqui, na entrevista individual do presidente do Superior Tribunal Militar, concedida a uma revista semanal de grande circulação. Ele diz literalmente o seguinte: "O MST tem uma série de aspectos positivos e as cooperativas dos Sem Terra têm alta eficiência - um movimento que deve ser aproveitado". E aproveitado em que sentido? Se a reforma agrária fosse feita de forma ordenada e intencional, haveria um ciclo inverso deste êxodo do campo em direção à cidade. Ou seja, você tiraria boa parte das pessoas desempregadas na cidade e lhes daria uma ocupação no campo. Isto é uma política pública de combate ao desemprego. Quando o governo do Rio Grande do Sul ofereceu um incentivo de 500 milhões de dólares para a montadora Ford instalar-se no estado, estudiosos da esquerda fizeram um projeto mostrando que 20 milhões de dólares aplicados no campo geraria imediatamente mais de 200 mil empregos, quando a Ford não chegaria a criar 5 mil empregos. Então você vê que o dinheiro público está sendo canalizado para outras funções, em detrimento do interesse dos brasileiros. Não há uma intenção de dar a ele uma ocupação, uma possibilidade de ter futuro.

✕ De uma forma imediata, o que poderia ser feito em relação à segurança?

O treinamento do policial é um exemplo. Não adianta direcionar recursos para a aquisição de armas sofisticadas se os profissionais não estão treinados para usá-las. Ainda pior que isto é o fato de nunca terem nos escutado para saber no que os policiais deveriam ser treinados. Uma das características ruins no comportamento da polícia brasileira, notadamente nas estaduais e na cidade do Rio de Janeiro, é que o policial vê em cada cidadão um bandido. E muito mais bandido se negro, adolescente e pobre. Ele não tem a postura de estar na rua para servir ao cidadão, cuja segurança individual não é tema da atual vontade

política. É como se dissessem que existem outras prioridades. Mas esta é uma prioridade, e vem sendo tratada com descaso. Por princípio, toda pessoa é um cidadão honesto e para abordá-la o policial tem que informar qual o ilícito que ele suspeita. Mas infelizmente o que ocorre é que não temos uma polícia a postos para servir à população e garantir-lhe um mínimo de segurança. Vi uma perseguição em São Paulo onde três transeuntes morreram só porque os policiais queriam reproduzir na Av. Paulista uma cena de filme, onde o mocinho persegue o bandido. As pessoas precisam expor estes episódios, denunciar situações como esta para que se reveja o treinamento do policial, formando-o para servir ao cidadão, além de perseguir o marginal.

✕ Acha que a população encontrará formas de reagir a isto?

O cidadão não está engolindo mais. Ele se queixa à autoridade responsável. Se queixam de nós, os juizes - não pense que qualquer abuso de autoridade do juiz não é seguida de uma reclamação e de um ato correccional. Nem os advogados ficam acomodados, nem os cidadãos. Outro dia comentava-se que na Ordem dos Advogados do Brasil/RJ há 14 mil processos de ética e disciplina como reclamação dos clientes. Ou seja, nem os clientes deixam de reclamar.

✕ Não lhe parece que há uma falta de controle dos governos sobre a polícia devido à corrupção?

O descontrole alegado para a corrupção interna é a meu ver um descontrole autorizado, porque se houver vontade este quadro se alterará. Considero uma aberração a alegação de que o soldo baixo do policial o leva a trabalhar muito em atividades extras e compromete sua ação nas ruas. É claro que, se o policial trabalha 24 horas e descansa 72, ele fará estas atividades extras neste período e chegará esgotado para cumprir seu trabalho normal.



Entretanto, dá para montar uma outra sistemática de trabalho e cobrar qualidade e eficácia dos serviços, para depois falar em remuneração, aumentando-a obviamente. A baixa remuneração do policial é intencional neste quadro - diante do descado das autoridades com as suas atividades extras. E isto porque estamos falando dos que buscam honestamente outro trabalho, pois há os que vão *passar o chapéu* no tráfico, no jogo do bicho...

X De uma forma geral, qual foi a repercussão na imprensa?

Algumas matérias assinadas trazem críticas, mas boa parte da mídia está apoiando, se não o programa como um todo, alguns aspectos dele. Na verdade, a mídia é descaradamente favorável ao governo, tanto que a chamo de imprensa oficial, porque dificilmente você vê a realidade dos fatos colocados - são distorcidos para favorecer este governo. A imprensa é falha ao expor apenas uma determinada fala, não permitir que diferentes opiniões transpareçam no seu espaço. Só que chegou o momento em que as pessoas estão ficando irritadas com este papel da mídia e, independente dela, estão começando a *botar o bloco na rua*, se queixando sempre que podem e, mais cedo ou mais tarde, ela terá que deixar transparecer isto.

X Os meios de comunicação estão contribuindo para esse quadro de insegurança ao superexpor a violência?

Não vejo uma superexposição. Pelo contrário, acho que muita coisa não é mostrada. É importantíssimo que se noticie o que está acontecendo em termos de fatos para que você crie uma opinião e faça reivindicações sobre isto. Agora, a questão da banalização da morte vem sendo produzida neste e em outros países de uma forma muito evidente - o sucateamento dos hospitais, a volta de doenças erradicadas, a concepção de que certas mortes são providenciais. Nunca se discutiu adequadamente a chacina do Carandiru, onde 111 pessoas foram assassinadas e, ao final da história, os assassinos absolvidos.

Isto é um marco para justificar as mortes dentro dos presídios, porque do lado de fora os grupos de extermínio promovem chacinas, onde há inclusive policiais envolvidos. Os números são superiores aos de uma guerra, que chamaríamos de civil por não estar instaurada entre nações e que está dizimando mais que todas as outras guerras oficiais. Estes números não são computados de forma a serem colocados com o devido aspecto de denúncia.

X Uma pressão maior da classe média poderia recrudescer a forma como o governo trata a segurança pública?

A classe média na verdade está mais furiosa com as perdas econômicas que vem tendo nos últimos oito anos, e mais significativamente nos últimos cinco anos. Como não se preparou em termos de cidadania neste tempo todo para reagir a perdas politicamente infringidas, ela só consegue expressar um rancor e uma raiva que canaliza para a segurança. Mas a sua raiz mais profunda são as perdas econômicas e ela está se manifestando em todas as pesquisas de opinião. As pesquisas que apuram o grau de aceitação do presidente mostram impressionante rejeição, apesar da manipulação de dados para favorecê-lo. Mas isto não poderá ocorrer

por muito tempo. Estas análises chegam ao governo e é possível que agora brote por aí algumas medidas popularescas. Mas, no caso do Plano de Segurança Nacional, se era esta a intenção nem isto se conseguiu. Creio que a questão da segurança vá se estabelecer neste pequeno debate marginal que ocorre no período das eleições. Todo vereador terá que responder a uma pergunta sobre a guarda municipal. E espero que boa parte deles mostre que esta é uma situação juridicamente não constituída. A guarda municipal do Rio de Janeiro, embora esteja na rua recebendo salário da prefeitura é, sob o ponto de vista legal, clandestina. E é o prefeito quem está fazendo isto.

X Isto refletiria uma tendência, já observada na área privada, de precarizar as relações de trabalho?

Em todos os momentos as situações estão sendo diminuídas, precarizadas, banalizadas para justificar tudo. O serviço público, por exemplo, sofre uma violência difusa, que é das mais perversas. Toda vez que se fala do serviço público diz-se que ele não é de qualidade e, no entanto, se tem hoje serviços privados que são de pior qualidade. Se no tempo do Inamps as pessoas se queixavam que eram mal atendidas, hoje com os planos de saúde privados não estão sequer sendo atendidas - há sempre alguma cláusula do contrato para negar praticamente tudo ao usuário. A mesma situação se observa no caso das escolas públicas: a queda da qualidade no ensino público foi acompanhada pela proliferação de escolas privadas de péssima qualidade.

Tudo isto concorre para banalizar a vida, precarizando o cotidiano, as relações de trabalho. É terrível e estarrecedor verificar que, de todos os elementos que compõem a vida de um cidadão honesto, tudo quando rebate na análise oficial não vale nada. Hoje os empresários falam que o importante são as horas produtivas, as horas úteis, de trabalho produtivo. Ora, estamos falando de jornada, de horas extras, de pagar um trabalho realizado. Mas a devolução das empresas se dá na esfera da competência, do mérito. Só que muito poucas pessoas estão no perfil que eles traçam. Se é estabelecido um perfil tão difícil, o resto das pessoas estão excluídas. E para as elites o que vai acontecer em relação a elas não tem importância.

X Mas isto a médio prazo isto não será prejudicial para as próprias elites, na medida em que o mercado de consumo fica mais restrito a uma classe privilegiada?

Não é um diagnóstico oportuno achar que a indústria está criando um processo autofágico ao excluir um grande contingente de trabalhadores ou precarizar salários. A empresa e o mercado, em sentido globalizado, estão se preparando para produzir e vender para poucas pessoas. Não é de forma alguma um modelo suicida: ele está sendo proposto com muita intencionalidade. Eles não fazem questão de que as pessoas excluídas sobrevivam. Saímos de um modelo excludente para um modelo de eliminação. As pessoas estão sendo eliminadas de diferentes maneiras: na questão da violência, estão sendo eliminadas da vida. Na questão do trabalho, estão sendo eliminadas do emprego. O desemprego não pode mais ser analisado genericamente, pois está se manifestando de diferentes situações: a substituição da mão-de-

obra humana pela mão-de-obra mecanizada, o implemento tecnológico do computador, que reduziu em 90% a mão-de-obra nos serviços burocráticos e em outras formas de prestação de serviço. Ou seja, as pessoas estão efetivamente sendo eliminadas.

X A mídia estaria contribuindo de alguma forma para o abafamento desta realidade?

O que ocorre é que quando as pessoas ficam magnetizadas com programas como o do Ratinho ou Sílvio Santos se esquecem de suas contas por pagar, de suas geladeiras vazias. E isto porque, no caso da televisão, qualidade é censura. Mas no caso do meu trabalho, do seu e todas as demais pessoas qualidade é qualidade, não é censura. Para obter determinado trabalho tenho que ter milhares de predicados sem que ninguém ouse chamar esta exigência de censura ou de obstáculo, de eliminação, de exclusão. Aquele que possui politicamente, indevidamente, as oportunidades de trabalho pode fazer as exigências que quer. E nós, enquanto sociedade, não podemos exigir qualidade em relação à televisão? As emissoras têm que passar por situações avaliativas sim. Há que se criar uma espécie de controle externo dos meios de comunicação, formado por pessoas comuns, como um tribunal público. Ou de vez acabar com a concessão dos meios de comunicação - que acho ser a medida mais razoável do ponto de vista econômico, político e de auto-determinação dos brasileiros. Democratizando este espaço a situação ficará muito mais regionalizada, acabando-se com esse domínio nacional de uns poucos canais. E aí se poderá, nestas micro-situações, cobrar mais qualidade de conteúdo exibido, pelo menos no que se refere ao entretenimento. Saindo do entretenimento para a informação propriamente dita, tem que se perseguir a verdade acima de tudo e permitir o debate. A idéia de conselhos comunitários, de um controle externo pontuando condutas dentro dos programas é a possibilidade de a sociedade estar interferindo sempre.

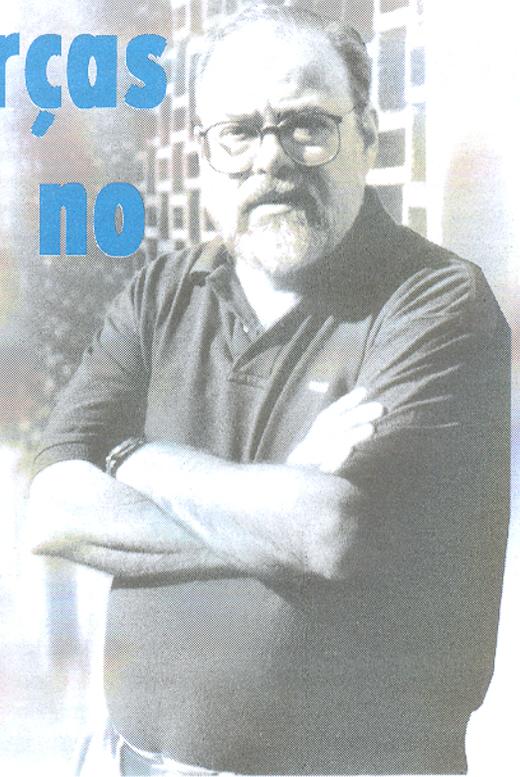
Precisamos de mais espaço nesta grande imprensa, onde pessoas com uma visão mais oportuna desta realidade possam se manifestar, fazendo do debate, da entrevista, das informações um ensinamento para aquele que não tem acesso a jornais e escolas. É necessário fazer dos meios de comunicação uma espécie de complementação da formação que precisamos ao longo da vida.

Uma campanha vem sendo realizada, em nível nacional, em apoio à candidatura da juíza Salete Macaloz para o Supremo Tribunal Federal. Esta é a mais Alta Corte do país e seus Ministros são escolhidos pelo Presidente da República. Em outubro haverá uma vaga para a composição do STF e a proposta desta campanha é iniciar a sua democratização pela escolha de uma mulher, considerando ser esse um dos segmentos da sociedade que jamais foi contemplado em sua composição.

A campanha é liderada pela Faaperj - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro - e tem o apoio do Cress-7ª Região. 43 mil assinaturas já foram colhidas como manifestação de apoio e o objetivo é ampliar esse número. Os assistentes sociais que quiserem aderir à campanha podem assinar a lista de assinaturas que se encontra na recepção do Cress.

VIOLÊNCIA

Uma correlação de forças que não se dá apenas no âmbito das ruas



O debate sobre violência não é novo no Brasil nem no Rio de Janeiro - se observarmos os últimos 20 anos, veremos vários momentos em que ele recrudesce. Não por coincidência estes momentos são pré-eleitorais. Esta correlação é analisada pelo professor da UFF, Gisálio Cerqueira, em entrevista para o Jornal Praxis. Doutor em Ciências Políticas pela USP e com trabalhos publicados na área de violência, Gisálio resgata três importantes momentos da vida do país e a dinâmica que caracterizou estes processos.

"A primeira coisa a destacar seria a constatação de que há um debate envolvendo a mídia e a sociedade civil, iniciado no princípio dos anos 80, quando há a transição do regime militar para o estado de direito. Um momento histórico, em que se discute a violência e um conjunto de temas relacionados a essa questão. Por essa época, os repórteres da TV Globo vão às ruas e entrevistam aleatoriamente a população que, já naquele momento, responde que a solução seria o exército nas ruas. Ocorre que o plano estratégico do exército era deixar as ruas, onde estava desde 64. O que o General Geisel denominou de abertura lenta, gradual e segura implicava na retirada destas forças do cotidiano da política. A virada do século é outro grande momento, registrado na mídia, em que a sociedade debateu a violência. E coincidiu com o fim da escravidão e do império, com a proclamação da República e a organização do estado brasileiro em moldes republicanos. O debate coincidia com o redimensionamento do aparelho repressivo, tanto em nível da polícia civil, quanto militar. Favorecia as políticas de controle social montadas pelo estado republicano numa época em que a escravidão havia sido abolida.

Outra conjuntura que constatamos foi o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 46. Mais uma vez o debate estava presente na mídia. O fim do Estado Novo coincidindo com o estado de direito, com a nova constituição, as eleições...

Isto não é por acaso. O debate permite uma espécie de reordenação das políticas de controle social, de segurança. Se elas terão um acento mais ou menos democrático isto vai depender da forma como esse debate é encaminhado. E tanto na virada do século quanto em 46, as políticas de controle social adotadas foram extremamente autoritárias e conservadoras. Quando fizemos eleições livres no Rio de Janeiro, por exemplo, após o governo Vargas, o Partido Comunista foi proscrito, uma nova lei de segurança foi assinada, o Senador

Prestes foi cassado e o vereador mais votado, Otávio Brandão, foi preso. Uma série de acontecimentos que tiram o impacto de um controle social que poderíamos chamar de democrático.

No início do século, um tema muito discutido no Brasil, mas sobretudo no Rio de Janeiro: a infância abandonada (meninos na rua), *vagabundos* que roubam, puxam a navalha, que ficam na zona do Manguê, Lapa, Estácio, Praça Mauá. Outro grande problema desta época que a imprensa registra: o imaginário de pavor da classe média em relação ao que os negros recém-libertos fariam.

Qual é hoje um dos problemas mais debatidos pela mídia? Os meninos de rua, que roubam, assaltam, furtam. Outro problema da atualidade: o que vai acontecer se a população da favela resolver descer o morro (e onde não há morro a indagação é a mesma). Ou seja, este imaginário de pavor em relação ao outro - sobretudo o pobre, excluído, negro - permanece de uma atualidade brutal.

Estamos de novo vivendo este momento porque por trás está em pauta a definição das políticas de controle social que vamos adotar para a sociedade brasileira. Uma sociedade que está saindo da ditadura e tentando construir um estado democrático de direito. Na verdade estamos vivendo essa transição há quase 20 anos, mas ocorre que a discussão da violência, que é permanente, *umenta de volume* na época eleitoral.

Na última vez em que tivemos eleições estaduais o debate que mais mobilizou a opinião pública foi a questão da segurança. Nas eleições anteriores isto também ocorreu e, como é do Rio de Janeiro que saem as grandes questões nacionais, é interessante notar como nestas épocas pré-eleitorais houve como que espasmos relativos à questão da violência.

Em torno deste tema, forças políticas se estruturam numa espécie de conflito: um segmento que defende a radicalização das conquistas democráticas e o avanço do estado democrático de direito, com a conseqüente

transição do regime militar até o fim; outro segmento - forças conservadoras e comprometidas com o *status quo* - que defende uma transição incompleta.

Coloca-se a seguinte questão do ponto de vista do debate sobre a violência: sai de campo a polícia do estado e entra em campo a polícia do cidadão. A polícia do estado é precisamente a polícia do regime ditatorial, que perdura até hoje. Ou seja, todo o arremedo de organização do regime militar em nível da segurança só foi tocado na sua superfície, não foi propriamente desmontado. Obviamente as forças políticas que estão mais comprometidas com o conservadorismo, o autoritarismo, com a manutenção do *status quo* não têm muito interesse em mexer com essa estrutura, porém não podem ficar passivos e têm que dar respostas ao medo da população. E a população não está muito interessada em verificar se o debate sobre a violência corresponde a mais violência. Não está preocupada em quantificar, em pesquisar as práticas violentas. Ela tem uma visão impressionista.

De outro lado você tem as forças políticas mais comprometidas com a radicalização democrática. Estas forças apostam em alternativas como, por exemplo, a unificação das polícias civil e militar e a extinção da figura do delegado de polícia como condutor do inquérito policial. Duas propostas que nem de longe interessam ao segmento oposto. Outra situação esdrúxula está no foro privilegiado para a polícia militar. Que os militares tenham um foro para julgamentos é algo relativamente aceito nos estados democráticos de direito, mas a extensão deste privilégio para a polícia é uma herança da ditadura.

Esta questão, que é nevrálgica, não foi contemplada no Plano Nacional de Segurança que o governo lançou; não está contemplada nos debates mais profundos que neste momento realizamos.

Como esta entrevista está sendo concedida no momento em que o governo lança o novo plano de segurança, não poderei analisá-lo. Entretanto, se no seu conjunto o programa contemplar os três pontos citados acima – o desaparecimento da polícia militar, que funciona aqui no Brasil como um pequeno exército do governador; o fim da presidência do inquérito por parte do delegado, transferindo-a, por exemplo, ao juiz de instrução saído da corporação dos promotores públicos; e o fim do foro privilegiado para a polícia – você então poderá dizer que estamos avançando nessa transição e caminhando na direção do estado de direito. Mas, a princípio, o que se tem em pauta são medidas paliativas. Quando se pensa em avanço, se fala necessariamente de uma estratégia democrática de controle social e é claro que isto não pode se dar apenas no âmbito da repressão. Como é que você pode pensar nestas estratégias de controle social sem pensar na escola, na saúde... Então você começa a se dar conta de que a atual discussão sobre a violência tem levado mais água para o moinho dos conservadores.

Logicamente ao lado disto estão ocorrendo furtos, assassinados, roubos, violência contra a mulher, contra a criança. Mas este conjunto de práticas criminais que angustiam a população não são exatamente as que estão no cerne da discussão. Não conseguimos, inclusive, quebrar a resistência de setores progressistas à criação de escolas públicas em tempo integral para a população desfavorecida. Esta resistência a que o menino favelado estude em uma escola de qualidade, com alimentação, esporte, lazer é de tal ordem que a sociedade não aceita hoje, assim como ontem se defendeu do pensamento de Anísio Teixeira – à época, as classes médias e a Igreja Católica atacaram essa idéia com tanto rigor quanto se atacou recentemente o ideal de Darci Ribeiro.

Observe o que no início do século se discutia sobre polícia no Rio de Janeiro: qualquer capoeira é mais ágil que um policial na rua, a polícia é incompetente porque as armas são inferiores às dos bandidos, não há viaturas, falta treinamento. A reclamação que se dá hoje é na mesma ordem. Este discurso já está velho: não é investindo em armas e treinamento que você vai resolver o problema policial. A política de segurança no país se realiza sem nenhuma estratégia. Como é que você pode discutir seriamente o problema da polícia sem colocar a questão prioritária da criação de uma polícia única. Mas isto não ocorre porque a polícia é militarizada, voltada para interesses do estado, do governador. Até recentemente os policiais no Rio de Janeiro recebiam gratificações pelo número de mortos em combate, o que é uma aberração do ponto de vista do estado democrático mas faz sentido quando se observa que esta determinação legal foi dada pelo anterior Secretário de Segurança Nilton Cerqueira, comprometido com as forças militares no regime da ditadura.

Pelo pouco que pude observar do pronunciamento do presidente da República, a política de segurança no país continua sob efeito de maquiagem: à pergunta de uma jornalista quanto às funções que o Ministério da Justiça ganharia e perderia, o Ministro Chefe da Casa

Civil respondeu que isto ainda não estava definido. A perplexidade na platéia de jornalistas foi procedente – por quê não havia definição? Porque isto está dentro de uma acirrada disputa. Não creio que o presidente quisesse tornar público aquele plano, mas certamente foi premido pelo que ocorreu no seqüestro do ônibus 174, pelo momento eleitoral, por conselhos de assessores.

Olhando para a composição da mesa que acompanhou o presidente durante seu pronunciamento para a imprensa, vejo como a transição da ditadura para o estado democrático de direito está longe de ter sido concluída e como este terreno é disputado palmo a palmo. Naquela mesa se encontravam o Ministro da Justiça, que tem uma tradição na luta pelos direitos humanos; um político paulista, que foi da esquerda armada no tempo do regime militar; o Chefe da Casa Civil, ali

Quando se vive um clima de insegurança, sobretudo nas grandes cidades, as elites têm que dar respostas a esta insegurança. Mas só no encaminhamento destas respostas é que poderemos verificar se elas são para valer ou se servem apenas para maquiagem as políticas.

representando de certo modo a área econômica; e um general do exército, representando o sistema de inteligência, ou seja, as forças mais compromissadas com o aparelho de segurança do Estado.

Se no início dos anos 80 a TV Globo mostrava pessoas de todas as classes pedindo a intervenção das forças armadas, no Rio de Janeiro isto chegou a ser reivindicado por movimentos dito organizados, como o Viva Rio e a OAB, todo o sistema Globo, o Jornal do Brasil, O Dia, dentre outros segmentos que se pronunciaram após as chacinas da Candelária e Vigário Geral. Portanto, uma gama muito diferenciada de forças. E aconteceu que, nos últimos meses do governo Brizola, a cidade assistiu perplexa à ocupação pelas Forças Armadas. O que com certeza não alterou nada no que tange às práticas de violência propriamente ditas – assaltos, roubos etc. – mas produziu uma operação de monta e deu a vitória nas eleições a Marcello Alencar.

Portanto, esta história de quem pede e quem não pede a intervenção perpassa toda a sociedade. Se eu pudesse identificar, em termos de liderança política e parlamentar, quem está reclamando a intervenção, o

nome que salta mais à mostra é o do senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional. É nele que vamos identificar a radicalização do aprofundamento do estado democrático de direito? Lideranças como estas procuram ganhar adeptos na classe média, nas elites e nos setores populares - que estão expostos à violência e querem uma solução imediata para o seu problema.

E quem está do lado contrário? Quem está pensando as alternativas de refundação da polícia? Ai você começa a ver que os nomes e as forças políticas são muito escassos. O pensamento jurídico penal que está estudando realmente estas alternativas é muito diminuto. Há uma ou outra força política, intelectual, um ou outro outro ponto de apoio, mas são poucos e geralmente atropelados pelo poder da mídia. Movimentos como o Viva Rio e Iser são forças expressivas, mas têm um acento profundamente

conservador, religioso e paternalista. A conotação religiosa na proposta da campanha Basta Brasil - todos apagam as luzes e acenderam velas – é tremenda. O quanto eles têm consciência disto eu não sei. Repare que muitas transformações que ocorreram no Leste Europeu foram puxadas por movimentos muito similares, inclusive o sindicato Solidariedade na Polônia tinha um acento religioso muito forte. A própria campanha da fome - que achei importante - tinha um cunho assistencialista e isto às vezes compromete uma prática política, colocando-a num campo conservador.

E como fica o papel do Estado em tudo isso? Sua ausência é hoje conhecida no meio acadêmico como a negação da função parental do Estado. Historicamente, nosso Estado se esquivou de assumir o papel de vetor da função paterna, desta capacidade de prover as necessidades do povo brasileiro.

Repare que nos dez últimos anos estamos sendo atropelados por todos os fenômenos relacionados à globalização, pelas mudanças de natureza econômica que estão acontecendo em nível internacional: o capital financeiro levou de roldão o capital produtivo, a terceirização nas empresas foi muito forte, o governo vendeu empresas... Estas mudanças têm implicado numa retirada do Estado da cena pública - haja visto o que está acontecendo na educação, saúde e previdência, com um crescimento incrível do setor privado.

Então será que esse Plano de Segurança Nacional é uma espécie de remissão do papel do Estado? Penso ser ele mais uma resposta de natureza eleitoral para a conjuntura política, para as angústias que a população está sofrendo. O presidente rapidamente se pronunciou no episódio do ônibus, que foi terrível; mas também terríveis foram os episódios de Carajás, Candelária e Vigário Geral e ele não fez o mesmo.

Na verdade, estamos precisando de um debate sobre a violência vinculado primeiro à questão política e não aquecer esta discussão a partir de episódios chocantes.

Estamos vivendo um momento muito difícil - temo pela democracia, que não consigamos avançar. Mas tenho esperanças de que vamos sair desse atoleiro.

SAÚDE

XI Conferência e efetivação do SUS

Marcada para os dias de 1 a 4 de novembro, a XI Conferência Nacional de Saúde deverá contar com a participação de cerca de 2.500 delegados. Os Conselheiros que estarão participando dos eventos preparatórios nos estados e municípios terão que agilizar seus trabalhos, pois o tempo exíguo para a realização das conferências estaduais (até 31 de agosto) e municipais (até 10 de outubro) poderá trazer prejuízos ao processo de construção de propostas. Zenite Bogéa, Conselheira do CFESS e representante em uma das vagas dos trabalhadores no Conselho Nacional de Saúde (CNS) acredita, porém, que vale à pena tentar ganhar esse tempo. Ela entende que estes debates devem atentar para a garantia da implementação das propostas do tema central – “Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social”, enfatizando a discussão do controle social em todos os subtemas. A partir de questões levantadas pelo Ministério da Saúde, o CNS aprovou o novo temário, em um conturbado processo que reverteu a escolha do tema central – Efetivando o Controle Social – aprovado em 1999. O CFESS, por entender que o novo tema muda o eixo da discussão inicialmente aprovado, posicionou-se contra a mudança do enfoque. Não por desconsiderar a importância do debate sobre humanização e acesso. Até porque a categoria de Serviço Social, a partir de seu próprio Código de Ética, vem discutindo a questão do acesso e garantia de direitos. A preocupação é que esse debate esteja intrinsecamente articulado à implementação do SUS, com a garantia de gestão, financiamento, recursos humanos e materiais. O aspecto puramente relacional, embutido na proposta implantada pelo Ministério da Saúde, desloca o foco de questões objetivas para o relacionamento entre usuários e trabalhadores – apontado como maior problema do SUS. “Como garantir a humanização sem as condições concretas para atendimento à demanda dos usuários? De outro lado, a discussão sobre controle social passaria necessariamente por questões como acesso, qualidade, participação nas decisões sobre as ações para a área da saúde, transparência orçamentária e financiamento”, comenta Zenite. O CFESS entende que foi uma perda a redefinição do tema da Conferência, mas vê ainda possibilidades de avanços se os debates forem conduzidos com vistas à efetivação do SUS através do controle social.

Serviços Residenciais Terapêuticos

Mais um avanço em direção a um novo modelo psiquiátrico

A Reforma Sanitária, que deu a base para a construção do Sistema Único de Saúde, viu correr em paralelo a discussão da saúde na área psiquiátrica. Motivo pelo qual ficou pendente inserir na estrutura do SUS as propostas de novas formas de atendimento em saúde mental. No bojo deste Movimento, ocorreram no final da década de 70 e início de 80 as grandes denúncias contra asilos, manicômios e a prática de institucionalização. A assistência passa por grandes reformulações e, por esta época, o complexo da Colônia Juliano Moreira deixa de receber novos internos, assumindo a perspectiva da Reforma Psiquiátrica e adotando o que se chamou de Lares Abrigados, onde os pacientes residem e contam com privacidade.

O avanço deste processo resultou na criação dos Núcleos e Centros de Atenção Psicossocial (NAPs e CAPs), que prestam suporte aos usuários, atuando no seu tratamento e reintegração. O sentido destas mudanças é sempre o mesmo: implementar políticas de assistência à saúde mental com vistas à redução das internações.

Em fevereiro deste ano, a divulgação da Portaria 106, do Ministério da Saúde, veio somar mais um passo à reestruturação do modelo de atenção ao portador de transtornos mentais, com a criação dos Serviços Residenciais Terapêuticos. Trata-se da estruturação de moradias inseridas na comunidade, destinadas aos portadores de sofrimento psíquico que retornam das internações e não possuem suporte social ou laços familiares que possibilitem sua inserção na sociedade. Estes serviços irão substituir a internação prolongada – a cada transferência será reduzido ou descredenciado do SUS o leito correspondente àquele usuário.

A nova forma de atendimento oferecerá um amplo projeto de reintegração social, através de programas de reinserção no trabalho, autonomia para as atividades domésticas e pessoais e estímulo à formação de associações que envolvam também familiares.

Aos estados e municípios caberá a definição de normas e critérios para inclusão no SUS dos Serviços Residenciais, que podem ser de natureza pública ou não governamental, desde que tenham seus projetos aprovados pela Coordenação Nacional de Saúde Mental. As rotinas de acompanhamento, supervisão, controle e avaliação deverão também ser definidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais. Para que possam ser absorvidas pela estrutura do SUS, as propostas da Reforma Psiquiátrica dependem de constante mobilização. Neste sentido, o acompanhamento por parte de entidades e associações é imprescindível para que se possa garantir uma assistência integral na área de saúde mental.

PRAXIS

Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/ 7ª Região - Jul. 2000

Rua México, 41 – 12º andar/ Gr. 1203 a 1205
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-144
Telefax: (21) 240-1727/3627/0822 - 220-2864
E-mail: cressrj.diretoria@apic.com.br

DIRETORIA

Hilda Corrêa de Oliveira – Presidente
Marlise Ferreira de Souza – Vice-Presidente
Rute Gusmão – 1ª Secretária
Maurílio Castro de Matos – 2ª Secretária
Ângela Maria Lima Ramos – 1ª Tesoureira
Neide Aparecida Silva – 2ª Tesoureira

SUPLENTE

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Miriam Vasconcelos Braga,
Carmen Lúcia Brandão de Paula, Márcia Eduardo Brotto, Sue

Walter Vianna, Vera Maria Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL

Norma Braga de Sá, Tereza Joana de Castro Azevedo, Rodriane de Oliveira Souza

SUPLENTE

Vera Regina Gonçalves de Andrade, Tereza Cristina Baptista da Lago, Magali da Silva Almeida

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Ângela Maria Lima Ramos, Marlise F. de Souza, Márcia Eduardo Brotto, Maurílio Castro de Matos, Norma Braga de Sá

Norte e Noroeste Fluminense – R. 21 de abril 272, s. 311,
Centro - Cep: 28010-170 - Telefax: (24) 723-9464

REPRESENTANTES

Maria Clélia Pinto Coelho – Presidente
Elisa Maria Poley Gomes – 1ª Secretária

Maria Auxiliadora de Barros Freitas – 1ª Tesoureira

SUPLENTE

Maria de Fátima Barbosa de Azeredo, Rossana Florencio Machado Ribeiro, Adriana Paiva Pereira

Sul Fluminense – R. 25A n.23, s. 802, Vila Santa Cecília
Cep: 27261-050 Telefax: (24) 342-6886

REPRESENTANTES

Joelma Martins da Silva – Presidente
Ângela Amélia C. De Sá – 1ª Tesoureira
Helenice P. M. de Almeida – 1ª Secretária

SUPLENTE

Cláudia Meister, Rita Maria Castelo Branco, Olinda Fernandes

EDITORIA – Cláudia Costa (MTB 16565/RJ)

Diagramação e ilustrações: Carlos D

Fotografias: Dilmir Cavalher

Impressão: Folha Dirigida – Tiragem: 8.000 exemplares